

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ESGOTO, CAIXAS PLUVIAIS E FOSSAS

DADOS DO CONSOLIDADOR:

Nome: Hugo Murillo Martins Pereira

Lotado: Seção de Planejamento de Compras

Departamento: Gerência de Compras e Apoio Operacional

DADOS DA ENTIDADE COMPRADORA:

Entidade: SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)

Centros de Educação Profissional Senac: Aparecida de Goiânia, Cora Coralina, Luziânia, Rio Verde, Caldas Novas, Quirinópolis, Jataí, Mineiros, Senac Infinite e Unidade de Logística e Armazenamento.

Critério de julgamento: Menor preço por Lote.

Formato: Eletrônico

1. DO OBJETO

1.1. Contratação dos serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas de esgoto, caixa pluviais e fossa.

2. ITENS E QUANTITATIVOS

LOTE 1- CEP APARECIDA			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
1	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de esgoto 11 Caixas de Esgoto 2 UNIDADES 60cm x 60cm x 80cm 2 unidades 60cm x 60cm x 60cm 2 unidades 60cm x 60cm x 70cm 2 unidades 60cm x 60cm x 20cm 3 unidades 60cm x 60cm x 1,0m	12	MENSAL
2	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas pluviais 14 Caixas Pluviais 4 UNIDADES 35cm x 35cm x 40cm 3 unidades 35cm x 35cm x 58cm 1 unidade 35cm x 35cm x 50cm 1 unidade 35cm x 35cm x 85cm 1 unidade 35cm x 35cm x 54cm 1 unidade 35cm x 35cm x 80cm 1 unidade 35cm x 35cm x 56cm 1 unidade 35cm x 35cm x 46cm 1 unidade 35cm x 35cm x 62cm	12	MENSAL
3	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de gordura 04 unidades de 80cm x 60 cm x 50 cm	12	MENSAL

LOTE 2- CEP CORA CORALINA			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
04	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de esgoto 7 unidades de 49cm X 55cm x 70 cm de profundidade 2 unidades de 52cm X 57cm x 70 cm de profundidade	4	TRIMESTRAL

05	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas pluviais. 13 unidades de 48cm X 55cm x 70 cm de profundidade 4 unidades de 70cm X 70cm x 1,10 m de profundidade 1 unidade de 95cmX 90 a 95cm de profundidade 7 unidades de 38cm X 40cm x 2,70m de profundidade	4	TRIMESTRAL
06	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de gordura 4 unidades de 60cm x 60cm x 60cm	4	TRIMESTRAL

LOTE 3 - CEP LUZIÂNIA			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
07	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de esgoto 07 unidades 52cm X 45cm x 80cm 02 unidades 68cm X 68cm x 65cm 01 unidade 46cm X 0,36cm x 1,10m 01 unidade 75cm X 75cm x 1m	4	TRIMESTRAL
08	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas pluviais 03 unidades 67cm X 67cm x 60cm 02 unidades 48cm X 48cm x 90cm 02 unidades 175cm X 34cm x 45cm 01 unidades 100cmX 18cm x 30cm 01 unidades 156cm X 68cm x 30cm 01 unidade 50cm X 40cm x 15cm	4	TRIMESTRAL
09	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de gordura 01 unidade de 15cm x 15cm x 33cm	4	TRIMESTRAL

LOTE 4 - CEP RIO VERDE			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
10	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas pluviais 05 unidades, com tampa em grelha metálica, medindo 42cm x 42cm e 50cm de profundidade; 01 unidade, com diâmetro de 1,20 m e 3,00 m de profundidade.	2	SEMESTRAL
11	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de gordura 01 unidade 70cm x 70cm e 60cm de profundidade	2	SEMESTRAL

LOTE 5 - CEP CALDAS NOVAS			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
12	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de esgoto 4 unidades – 40cm x 47cm x 50cm 2 unidades – 80cm x 80cm x 50cm	4	TRIMESTRAL
13	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas pluviais 8 unidades – 40cm x 40cm x 50cm 4 unidades – 60cm x 60cm x 40cm 2 unidades – 40cm x 47cm x 50 cm 1 unidade – 90cm x 100cm x 50cm 1 unidade 130cm x 130cm x 50 cm	4	TRIMESTRAL
14	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de gordura 1 unidade 40cm x 47 cm x 40cm	4	TRIMESTRAL

LOTE 6 - CEP QUIRINÓPOLIS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
15	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas pluviais 1 unidade 50cm x 43 cm x 70cm 1 unidade 66cm x 66 cm x 70cm 1 unidade 67cm x 36 cm x 70cm 5 unidades 60cm x 60cm x 70cm 1 unidade 60cm x 55 cm x 70cm 1 unidade 60cm x 58 cm x 70cm 1 unidade 42cm x 60 cm x 70cm 1 unidade 55cm x 55 cm x 70cm 1 unidade 70cm x 70 cm x 70cm 1 unidade 57cm x 57 cm x 70cm 1 unidade 63cm x 56 cm x 70cm	2	SEMESTRAL
16	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de esgoto 1 unidade 53cm x 55 cm x 70cm 2 unidades 81cm x 81 cm x 70cm 2 unidades 86cm x 85 cm x 70cm	2	SEMESTRAL
17	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de gordura 1 unidade 35cm x 35 cm x 70cm	2	SEMESTRAL

LOTE 7 - CEP JATAÍ

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
18	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de esgoto 3 unidades 50cm x 50cm x 1,30m	2	SEMESTRAL
19	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas pluviais 3 unidades 50cm x 50cm x 1,30m	2	SEMESTRAL
20	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de gordura 01 unidade 50 cm x 50 cm x 1,30m	2	SEMESTRAL

LOTE 8 - CEP MINEIROS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
21	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de esgoto 03 unidades de 75cm X 75cm x 50cm 07 unidades de 65cm X 65cm x 50cm	2	SEMESTRAL
22	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas pluviais 08 unidades de 55cm X 55cm x 50cm	2	SEMESTRAL
23	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de gordura 01 unidade 40cm x 40 cm x 50cm	2	SEMESTRAL

LOTE 09 - SENAC INFINITE

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
24	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas de esgoto 39 unid. – caixa sanfonada 15cm x 15cm x 15cm 16 unid. – caixa sanfonada 10cm x 10cm x 10cm 5 unid. – caixa de gordura 20L	2	SEMESTRAL
25	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas pluviais 16 unidades 50cm x 50cm x 50cm 23 unidades 15cm x 15cm x 15cm	2	SEMESTRAL
LOTE 10 - UNIDADE DE LOGÍSTICA E ARMAZENAMENTO			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE DO SERVIÇO
26	Serviço de Limpeza de Fossas 4 fossas de 1,10 m diâmetro cada	2	SEMESTRAL
27	Serviços de Limpeza e desinfecção das caixas pluviais 8 caixas pluviais de 40 cm x 40 cm cada	2	SEMESTRAL

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas de esgoto e caixas pluviais das unidades do Senac Goiás se faz necessária para garantir o pleno funcionamento das instalações hidráulicas, preservando a integridade da infraestrutura predial e assegurando condições adequadas de higiene, segurança e salubridade aos colaboradores, alunos e visitantes.

O serviço é fundamental para prevenir obstruções, transbordamentos, mau cheiro, proliferação de pragas e contaminações, bem como para atender às normas sanitárias e de manutenção preventiva. Considerando que as caixas de inspeção e drenagem acumulam resíduos sólidos, gorduras, sedimentos e detritos ao longo do tempo, torna-se indispensável sua limpeza periódica por empresa especializada, utilizando técnicas, equipamentos e produtos apropriados.

Dessa forma, a contratação visa garantir a continuidade das atividades das unidades do Senac Goiás, evitando riscos operacionais, impactos ambientais e potenciais danos à saúde pública, promovendo a conservação das estruturas e o bom funcionamento dos sistemas de esgoto e águas pluviais.

A contratação dos serviços de limpeza de caixas de esgoto, caixas pluviais, caixas de gordura e fossas não seguirá a regra do parcelamento, tendo em vista que tais atividades possuem natureza técnica semelhante, utilizam métodos operacionais correlatos e demandam equipamentos, profissionais e procedimentos integrados.

Esses serviços fazem parte do mesmo escopo de manutenção preventiva das instalações hidrossanitárias, visando garantir a qualidade da água armazenada, o adequado funcionamento das redes de esgoto e a eficiência do sistema de drenagem pluvial. A fragmentação da contratação em itens separados, além de não trazer benefícios operacionais, pode gerar aumento de custos, deslocamentos duplicados e maior tempo de execução, já que cada serviço requer etapas preparatórias semelhantes.

Além disso, a execução simultânea desses serviços proporciona maior eficiência técnica, otimização do uso de recursos e redução de interferências nas rotinas da unidade, uma vez que as intervenções podem ser planejadas em um único cronograma, evitando múltiplas interrupções das atividades.

Dessa forma, a contratação unificada por Unidade é a solução mais adequada, garantindo economia, padronização dos procedimentos e melhor organização das ações de manutenção, preservando as condições de higiene, segurança e funcionamento das instalações.

A adoção do não parcelamento possui fundamentação no Art. 8, §3º da Resolução 1.270/2024 que regulamenta as contratações do Senac.

Art. 8.º É permitido o parcelamento do objeto a fim de ampliar a competitividade, sendo vedado o fracionamento da despesa com a finalidade de descaracterizar a modalidade de licitação pertinente.

§ 3.º O parcelamento do objeto não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

4. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

4.1. O processo de seleção será realizado por lotes, conforme tabela constante no tópico 2. deste Termo de Referência, devendo o interessado oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

4.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência quanto às especificações do objeto.

4.3. Cada serviço do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global.

4.4. A proposta comercial deve especificar o objeto com as características, quantidades, valores e deverá ser redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, observados os prazos, condições e especificações estabelecidas neste Instrumento.

4.5. No(s) preço(s) cotado(s) pelo interessado considerar-se-ão incluídos todos os custos diretos e indiretos, necessários à completa e perfeita realização do objeto, tais como: despesas com mão de obra, administração, leis sociais, encargos de natureza trabalhista, previdenciário, alimentação, hospedagem, transporte de material e de pessoal, equipamentos e materiais, instalação, frete, seguros, embalagens, treinamentos, manuais, garantias

(quando aplicável), qualquer despesa acessória e/ou necessária não especificada neste Instrumento, os tributos (impostos, taxas, emolumentos), inclusive o diferencial do ICMS de origem, nos casos de fornecimento de materiais oriundos de outro Estado que não de Goiás, contribuições fiscais e parafiscais, assim como o lucro, razão pela qual não serão considerados pleitos de acréscimos após a abertura da proposta.

4.6. As propostas comerciais deverão especificar claramente o prazo de sua validade, não podendo ser inferior a **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de apresentação, sendo considerado este prazo na falta de especificação de outro na proposta.

5. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

5.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Cópia do Alvará de Vigilância Sanitária Municipal

b) Licença Ambiental da licitante no Município de sua sede

c) Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitida pelo conselho profissional competente, na qual(is) conste(m) a compatibilidade entre a atividade regular da empresa e o objeto deste certame.

c.1. No caso de a empresa ter sede em outro Estado e, conseqüentemente, ser inscrita no CREA de origem (e a empresa vier a ser declarada vencedora), deverá apresentar, obrigatoriamente (até a data da assinatura do respectivo instrumento de contrato), visto junto ao CREA/GO por força do disposto na Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, em consonância com a Resolução n.º 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA.

d) Declaração de Indicação do (s) Responsável (is) Técnico (s) pela execução do serviço, inscrito respectivamente em seu Conselho de Classe Profissional.

e) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao conselho competente do (s) responsável (is) técnico (s) indicado (s) pela licitante na Declaração de Indicação do Responsável Técnico para a realização do objeto do certame.

e.1) No caso de o responsável técnico ter registro profissional em outro Estado e, conseqüentemente, ser inscrito em conselho de outro estado e a licitante vier a ser declarada vencedora do certame, caso o conselho competente determine deverá apresentar, obrigatoriamente até a data da assinatura do respectivo instrumento de contrato, visto junto ao Conselho Estadual.

5.2. DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

a) Apresentar declaração de visita técnica (vistoria técnica) fornecida pelo Gerente ou responsável, ou a declaração da empresa de que possui conhecimento, para todos os fins de direito, de todas as condições, facilidades e/ou dificuldades e recursos existentes para o cumprimento das obrigações deste objeto.

6. VISITA TÉCNICA

6.1. Considerando a importância do conhecimento do local e das condições de instalação da CONTRATANTE, é recomendável a realização de visita técnica, sendo facultativa aos fornecedores interessados, o que não inviabiliza a apresentação de declaração pelas empresas de conhecimento para todos os fins de direito, todas as condições, facilidades e/ou dificuldades e recursos existentes para o cumprimento das obrigações objeto deste Termo de Referência, arcando com eventuais prejuízos que venha a sofrer em decorrência da execução dos serviços.

6.2. Aos fornecedores interessados a realização de visita ao local de execução do objeto desta licitação, ela deverá ser realizada nas dependências das Unidades demandantes, a ser procedida até o dia imediatamente anterior à data da sessão de abertura do certame, por intermédio de seu representante/responsável, a fim de verificarem as condições para a realização do serviço. As visitas deverão ser precedidas de agendamento junto ao responsável da respectiva unidade, em horário de expediente, com os responsáveis a seguir:

6.2.1. Lote 1 - CEP Aparecida

Contato: Mayara Ferreira S. de Jesus (mayara.jesus@go.senac.br; duilia.cardoso@go.senac.br) . Telefone: (62) 3524-4500.

6.2.2. Lote 2 - CEP Cora Coralina

Contato: Karina Fagundes (karina.fagundes@go.senac.br). Telefone: (62) 9998-7282 / (62) 98211-9617.

6.2.3. Lote 3 - CEP Luziânia

Contato: Lygia Pereira Tiagua (lygia.tiagua@go.senac.br). Contato: (61) 3622-1990.

6.2.4. Lote 4 - CEP Rio Verde

Contato: Célio Martins (celio.martins@go.senac.br / hadamo.ferreira@go.senac.br). Telefone: (64) 3054-9450.

6.2.5. Lote 5 - CEP Caldas Novas

Contato: Hellen Gomes da Silveira (hellen.gomes@go.senac.br / daianny.cecilia@go.senac.br). Telefone: (64) 3453-1241.

6.2.6. Lote 6 - CEP Quirinópolis

Contato: Thiago Luciano Dias de Moura (thiago.luciano@go.senac.br; karla.alves@go.senac.br). Telefone: (64) 3651-2533.

6.2.7. Lote 7 - CEP Jataí

Contato: Josemar Rosa da Silva (josemar.silva@go.senac.br; hildo.ferraz@go.senac.br). Telefone: (64) 3052-7670.

6.2.8. Lote 8 - CEP Mineiros

Contato: Daniel Parise (daniel.parise@go.senac.br; hildo.ferraz@go.senac.br). Telefone: (64) 3661-5434.

6.2.9. Lote 9 - Senac Infinite

Contato: Cristiano Soares (flavia.silva@go.senac.br, cristiano.soares@go.senac.br). Contato: (62) 3219-5170.

6.2.10. Lote 10 - Unidade de Logística e Armazenamento

Contato: : Kássio Alex Ferreira (kassio.alex@sescgo.com.br). Contato: (62) 3030-3653.

7. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1. O contrato ou instrumento equivalente, terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da sua última assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite previsto no artigo 33 da Resolução de n. 1593/2024 SESC e 1270/2024 SENAC, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

7.1.1. O objeto tenha sido prestado regularmente;

7.1.2. A CONTRATANTE mantenha interesse na execução do objeto;

7.1.3. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação;

7.1.4. Os preços contratados permaneçam compatíveis com a prática de mercado;

7.1.5. A CONTRATADA mantenha as condições de qualificação e não esteja cumprindo penalidade que o impeça de formalizar e prorrogar contratos com o SESC Goiás e SENAC Goiás.

7.1.6. Exista dotação orçamentária;

7.1.7. Exista previsão no contrato acerca da prorrogação.

7.2. O serviço deverá ser realizado em até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

7.3. Na hipótese de fato superveniente que justifique eventual prorrogação do prazo de execução, a solicitação de prorrogação deve ocorrer durante o transcurso do prazo e termo aditivo deve ser formalizado, a fim de garantir a conclusão do objeto, seu recebimento e respectivo pagamento dentro da vigência contratual.

7.4. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente uniformizados e identificados, de forma a garantir sua adequada apresentação e fácil reconhecimento no local de prestação.

7.5. Caso o serviço solicitado seja prestado de forma inadequada, caberá ao fiscal da contratação ou funcionário por ele designado, informar a empresa contratada e o serviço deverá ser refeito sem ônus adicional em até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação de desacordo.

7.6. Os profissionais que prestarão os serviços deverão utilizar, de acordo com a natureza das atividades desempenhadas, os equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados, tais como máscaras, luvas, botas, entre outros, visando garantir a segurança dos trabalhadores e a prevenção de acidentes.

7.7. Após a execução dos serviços, todo o perímetro de intervenção deverá estar desprovido de quaisquer resíduos, vasilhames e embalagens, que serão acondicionados em recipientes adequados e corretamente descartados pela prestadora de serviços.

7.8. A contratada será integralmente responsável por todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a, mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, transporte, insumos, equipamentos, uniformes, EPIs, logística, alimentação, bem como quaisquer outros custos indispensáveis ao fiel cumprimento do objeto contratado.

8. LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DADOS DE FATURAMENTO

8.1. Lote 1 - CEP Aparecida de Goiânia - CNPJ: 03.608.475/0017-10

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comércio - SENAC

Endereço: Avenida Maria Cardoso, QD 29, LT 6/9 e 19/22 – Jardim Luz, Aparecida de Goiânia/ GO

CEP: 74915-175. Telefone: (62) 3524-4500

8.2. Lote 2 - CEP Cora Coralina - CNPJ: 03.608.475/0002-34

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Endereço: Avenida Independência, nº 1002, quadra 942, lote 26/32, Setor Leste Vila nova, Goiânia/GO.

CEP: 74645-010. Telefone: (62) 9998-7282 / (62) 98211-9617.

8.3. Lote 3 - CEP Luziânia - CNPJ: 03.608.475/0006-68

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Endereço: Av. Santa Maria equina c/ Alameda do Teatro. S/n. Quadra Área Especial NM. St. Aeroporto, Luziânia/GO.

CEP: 72801-020. Telefone: (61) 3622-1990.

8.4. Lote 4 - CEP Rio Verde - CNPJ: 03.608.475/0011-25

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Endereço: Rua Ilídio Leão, Qd. 17 Parte B, nº 154. Vitória Régia. Rio Verde/GO.

CEP: 75908-793. Telefone: (64) 3054-9450.

8.5. Lote 5 - CEP Caldas Novas - CNPJ: 03.608.475/0018- 00

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Endereço: Av. Tiradentes, nº 98. Lt. SR8D. Estância Itanhangá, Caldas Novas/GO.

CEP: 75680-350. Telefone: (64) 3453-1241.

8.6. Lote 6 - CEP Quirinópolis - CNPJ: 03.608.475/0012-06

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comércio - SENAC

Endereço: V Leocádio de Souza Reis, Nº 76, Qd. 24 Lt. 15/16. Onício Resende. Quirinópolis/GO.

CEP: 75860-000. Telefone: (64) 3651-2533.

8.7. Lote 7 - CEP Jataí - CNPJ: 03.608.475/0008-20

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Endereço: Rua Itarumã esq. com rua Santos Dumont. nº 1394, Qd. 01 Lote área. Setor Oeste. Jataí/GO.

CEP: 75804-076. Telefone: (64) 3052-7670.

8.8. Lote 8 - CEP Mineiros - CNPJ: 03.608.475/0007-49

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Endereço: Praça Cel. Manoel Francisco Vilela, esq. com rua 14, s/n – Centro, Mineiros/GO.

CEP: 75830-002. Telefone: (64) 3661-5434.

8.9. Lote 9 - Senac Infinite - CNPJ: 03.608.475/0024-40

Razão Social: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Endereço: Av. Caiapó, nº 909. Qd. 89 Lt. 41E, Bairro Santa Genoveva, Goiânia/GO.

CEP: 74672-400. Telefone: (62) 3219-5170.

8.10. Lote 10 - Unidade de Logística e Armazenamento - CNPJ: 03.608.475/0027-92

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão efetuados obedecendo aos seguintes critérios:

Descrição	Periodicidade	Condições de Pagamento
Contratação de serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas de esgoto, caixa pluviais e fossa.	Parcelado	Mediante a apresentação de NF e execução do serviço e devido ateste do fiscal.

9.2. Os pagamentos estarão condicionados à perfeita execução do objeto, que deverão estar em conformidade com as condições, prazos e especificações constantes deste Termo de Referência, apurados e atestados pelo fiscal formalmente designado.

9.2.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias subsequentes à entrega da Nota Fiscal/Fatura, desde que os serviços tenham sido conferidos e aceitos pela CONTRATANTE, nos prazos, definidos em Edital e/ou contrato ou instrumento equivalente.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da documentação que consta no Edital, nada obstante que a própria entidade constata a regularidade da Contratada por intermédio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais pertinentes.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.5.1. não prestou os serviços nas especificações contratadas de acordo com as exigências contidas neste Instrumento;

9.5.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

9.6. Constatando-se a situação de irregularidade na documentação fiscal da contratada será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

9.7. A não regularização das condições de qualificação no prazo estipulado ensejará a aplicação de penalidades e, conforme o caso, a rescisão contratual, após regular processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, cabendo a entidade CONTRATANTE o pagamento pelo objeto regularmente executado.

9.8. O pagamento será efetuado através de Crédito em Conta ou Boleto Bancário, observando os prazos e condições estipulados neste Instrumento.

9.9. No caso de pagamento através de crédito em conta, a conta indicada deve ser de titularidade da CONTRATADA e será incluída no cadastro de fornecedores, não sendo efetuado o pagamento através de crédito em conta de terceiros.

9.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX (percentual de Taxa Anual) = 6%

10. OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto por colaborador especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da execução do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Instrumento.

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato ou instrumento equivalente.

10.8. Realizar avaliações da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

- 10.9.** Cientificar o órgão competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 10.10.** Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contrato ou instrumento equivalente e aditamentos, técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 10.11.** A autoridade competente designará representantes para as funções de gestor e fiscal do contrato.
- 10.12.** Receber o objeto da contratação, atestando sua conformidade com a proposta aceita e condições descritas neste Instrumento.
- 10.13.** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 10.14.** Proporcionar as facilidades que considerar indispensáveis a boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso, se necessário, de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA nas suas dependências.
- 10.15.** Suspender a realização dos serviços por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- 10.16.** Cumprir as orientações técnicas expedidas pela CONTRATADA eximindo-a de responsabilidades no caso de não autorizar a realização de quaisquer serviços por ela recomendadas.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1.** Executar o objeto conforme especificações deste Instrumento e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Instrumento e em sua proposta.
- 11.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE, devendo ressarcir imediatamente a CONTRATANTE em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no chamamento público, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.3.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.4.** Manter durante toda a execução do Contrato ou instrumento equivalente as condições de qualificação e adotar as medidas necessárias para a regularização de eventuais pendências nesta documentação.
- 11.5.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato ou instrumento equivalente, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 11.6.** Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal na prestação de eventuais serviços.
- 11.7.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.
- 11.8.** Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.9.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato ou instrumento equivalente.
- 11.10.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Instrumento, no prazo determinado.
- 11.11.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.12.** Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do objeto da contratação.
- 11.13.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato ou instrumento equivalente.
- 11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto.
- 11.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 11.17.** Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 11.18.** Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE.
- 11.19.** Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato ou instrumento equivalente.
- 11.20.** Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados para a execução do serviço.
- 11.21.** Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Instrumento.
- 11.22.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da CONTRATANTE.
- 11.23.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 11.24.** Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 11.25.** Cumprir as regras, prazos, horários e locais de execução.
- 11.26.** Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 4 (quatro) dias de antecedência, dentro do prazo de execução, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 11.27.** O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 11.28.** O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

11.29. A comprovação de vínculo profissional dar-se-á pela apresentação de cópia dos seguintes documentos:

- a) Empregado - Carteira profissional - CTPS (dados de identificação e período de registro) ou ficha de registro;
- b) Prestador de Serviço - Contrato de prestação de serviços, com firma reconhecida das partes;
- c) Sócio - Contrato social e alterações ou ata (s) de assembleia (s)
- d) Diretor - Cópia do Estatuto social da Licitante e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

11.30. Possuir responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes aos serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas de esgoto, caixa pluviais e fossas devidamente registrado e habilitado pelo respectivo conselho profissional.

11.31. Atender os normativos vigentes correlatos ao serviço pretendido, destacando-se a Resolução ANVISA referente a prestação de serviços de contratação dos serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas de esgoto, caixa pluviais e fossas.

11.32. Após a realização dos serviços, a contratada deverá emitir laudo técnico ou comprovante de execução de serviço e certificado de garantia, atendendo as normas e exigências da vigilância sanitária.

11.33. Preservar o meio ambiente de forma a atender os critérios e práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, considerando a Política Nacional de Resíduos Sólidos vigente.

11.34. É imprescindível que a coleta e o descarte dos resíduos sejam realizados de forma segura e em conformidade com as normas ambientais, como as Resoluções do CONAMA relativas ao descarte de resíduos sólidos.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Considerando a natureza e a complexidade da contratação destinada à execução de serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas de esgoto, caixas pluviais e fossas, entende-se tecnicamente justificada a permissão para subcontratação parcial de etapa específica do objeto, notadamente o descarte final dos resíduos coletados. A execução desse tipo de serviço envolve procedimentos operacionais especializados, que demandam o uso de equipamentos adequados, técnicas específicas de sucção e limpeza, bem como a destinação ambientalmente correta dos resíduos, em estrita observância às normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho. Em especial, a etapa de transporte e disposição final dos resíduos exige que o prestador esteja devidamente autorizado pelos órgãos ambientais competentes, dispondo de licenças, veículos apropriados e acesso a locais legalmente habilitados para recebimento desses materiais.

Nesse contexto, justifica-se a possibilidade de que a empresa contratada realize a subcontratação exclusiva do serviço de descarte dos resíduos, por se tratar de atividade especializada e regulada, que extrapola, em muitos casos, a atuação operacional direta da contratada principal, sem afastar sua responsabilidade integral pela execução do contrato.

Diante dessa realidade, a subcontratação parcial mostra-se medida adequada, necessária e proporcional, contribuindo para a execução plena, segura e ambientalmente regular do objeto contratual, sem prejuízo da qualidade, da fiscalização e da responsabilização da empresa contratada.

Ademais, tal previsão encontra respaldo no entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU), segundo o qual é admitida a subcontratação de partes do objeto, desde que previamente autorizada, devidamente justificada, não recaia sobre a totalidade ou parcela preponderante do contrato, e esteja claramente delimitada, permanecendo a responsabilidade integral pela execução sob a contratada principal.

12.2. A contratada, na execução do serviço, sem prejuízo das responsabilidades e obrigações contratuais e legais, poderá subcontratar até 30%, exclusivamente para a etapa de descarte de resíduos.

12.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.4. É obrigação da CONTRATADA apresentar à CONTRATANTE a documentação exigida nas Exigências de Habilitação, das empresas eventualmente subcontratadas, após assinatura do contrato e para efeito de pagamento.

12.5. Será permitido que a CONTRATADA mude a empresa subcontratada na vigência do contrato da prestação de serviço, desde que cumpra as condições estabelecidas neste Instrumento, apresente a documentação solicitada nas Exigências de Habilitação e que não haja prejuízo ao atendimento do objeto.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo 12 (doze) meses, sendo que dentro do prazo de vigência do Contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta, mediante a aplicação do índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.6. Conforme previsto no art. 43, do Regulamento, o reajuste previsto em contrato poderá ser formalizado por apostilamento ou aditivo, sendo possível a negociação entre as partes quanto ao percentual a ser aplicado, mediante expressa concordância da contratada com a respectiva carta de anuência.

14. PENALIDADES

14.1. Em caso de inadimplemento total, parcial, sem motivo de força maior, a licitante estará sujeita, no que couber, e garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

14.1.1. Por atraso injustificado:

- a) Advertência;
- b) Multa; e
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SESC e SENAC Goiás, por um prazo de até 3 (três) anos.

14.1.2. Por inexecução total ou parcial do objeto:

- a) Advertência;
- b) Multa; e

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SESC e SENAC Goiás, por um prazo de até 3 (três) anos.

14.2. Para fins de dosimetria da penalidade, serão aplicados os seguintes parâmetros:

14.2.1. FALTAS LEVES: na hipótese de inadimplemento parcial de obrigações de pequena monta, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da contratante e a despeito das quais a regular prestação dos serviços não reste inviabilizada;

14.2.2. FALTAS MÉDIAS: caracterizadas pela inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que, embora não inviabilizem a execução do objeto, acarretam prejuízos à contratante.

14.2.3. FALTAS GRAVES: caracterizadas pela inexecução parcial ou total de obrigações que acarretem prejuízos aos serviços da contratante, inviabilizando total ou parcialmente a execução do contrato ou instrumento equivalente, notadamente em decorrência de conduta culposa da CONTRATADA;

14.2.4. FALTAS GRAVÍSSIMAS: caracterizadas por inexecução parcial ou total de obrigações que acarretem prejuízos relevantes aos serviços da contratante, podendo levar, inclusive, a interrupção de serviços essenciais, causar dano ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros, lesão corporal, ou mesmo gerar dano reputacional à imagem da contratante, inviabilizando a execução do contrato ou instrumento equivalente, em decorrência de conduta culposa ou dolosa da CONTRATADA.

14.3. De acordo com os conceitos apresentados nos itens **14.2.1 a 14.2.4**, será utilizada a seguinte escala:

FALTA	GRAU
LEVE	1
MÉDIA	2
GRAVE	3
GRAVÍSSIMA	4

14.4. A dosimetria da penalidade será realizada conforme pontuação obtida pela empresa em virtude do número de ocorrências identificadas durante a fiscalização contratual, considerando-se as obrigações previstas neste Instrumento e a tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	GRAU
1. Atraso na execução dos serviços.	1
2. Não conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos neste documento ou nas normas dos órgãos de controle.	2
3. Interrupção na execução dos serviços que acarrete a suspensão na prestação de serviços essenciais oferecidos pela Contratante.	3
4. Inexecução contratual que gere dano reputacional à imagem da Contratante.	4
5. Descumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho (NRs) aplicáveis durante a execução dos serviços, colocando em risco a integridade física de trabalhadores e terceiros.	4
6. Não conformidade ou falha na destinação final dos resíduos gerados pelo serviço, conforme legislação ambiental vigente.	3
7. Falha na emissão ou conteúdo deficiente do laudo técnico/certificado, impedindo a comprovação de conformidade legal ou a fiscalização da Contratante.	2
8. Deixar de cumprir quaisquer dos tópicos deste Termo de Referência não previstos nesta tabela de ocorrências após reincidência formalmente notificada pelo CONTRATANTE.	1

14.5. O percentual de multa compensatória será aplicado de acordo com a tabela abaixo, respeitado o máximo de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato ou instrumento equivalente:

Tabela 1	
Grau	Correspondência
1	3% (três por cento)
2	5% (cinco por cento)
3	10% (dez por cento)
4	15% (quinze por cento)

14.6. As multas estabelecidas nesta cláusula são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regem a contratação, mas somente serão definitivas depois de esaurido o processo administrativo.

14.7. Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional à parcela que deixou de ser executada.

14.8. Em caso de reincidência por atraso injustificado poderá a empresa ser penalizada com sanção mais grave.

14.9. A suspensão do direito de licitar e contratar será aplicada quando:

- a) a inexecução contratual acarretou dano reputacional à contratante;
- b) a inexecução contratual acarretou a paralisação de serviços essenciais;
- c) houve reincidência na inexecução contratual, mesmo após reiteradas notificações enviadas pelo fiscal do contrato, sem que a empresa tenha empenhado esforços para regularizar as falhas; ou
- d) demais casos apurados em processo administrativo.

14.10. O prazo da suspensão do direito de licitar e contratar será definido em processo administrativo, a partir dos seguintes parâmetros:

14.10.1. 03 (três) anos, para a situação descrita no item **14.9**, “a”, “b” e “c”;

14.10.2. 01 (um) ano, para os demais casos, sempre que não houver justificativa para o agravamento da penalidade.

14.11. Caso a inexecução contratual se enquadre em mais de uma hipótese prevista no tópico **14.9** deverá ser aplicado o maior prazo, de acordo com os parâmetros definidos no item **14.10**, salvo se as situações atenuantes justificarem prazo menor.

14.12. Estará sujeita à penalidade de Impedimento do Direito de Licitar pelo prazo mínimo de 04 (quatro) e máximo de 06 (seis) anos, com abrangência nacional, a licitante que incorrer em alguma das hipóteses a seguir:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a contratante;
- e) a reparação integral dos danos causados à CONTRATANTE.

14.14. Só serão considerados motivos de força maior, para fins de isenção das penalidades previstas neste instrumento, todo fato ou circunstâncias imprevisíveis, impossíveis de serem evitadas, que impeçam real e diretamente o cumprimento das obrigações contratuais, como definido no Código Civil Brasileiro.

14.15. Fica facultada a defesa prévia da CONTRATADA, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

14.16. Em caso de aplicação da penalidade de multa, quando transcorridos os prazos estabelecidos para defesa e para pagamento, a CONTRATANTE reserva-se o direito de reter e/ou descontar o valor da penalidade dos créditos que a CONTRATADA eventualmente tenha a seu favor, sem prejuízo da proposição de medidas judiciais e ou extrajudiciais cabíveis.

14.17. Na hipótese de recusa injustificada em assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da convocação, a empresa estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor registrado no contrato ou instrumento equivalente, podendo culminar com a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Sesc e Senac Goiás, por um prazo de até 3 (três) anos, bem como com a perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades, conforme expressa disposição do inciso II do art. 39 do Regulamento de Licitações e Contratos, a depender dos prejuízos acarretados.

14.18. Na hipótese prevista no item acima, a contratante poderá convocar os demais participantes, respeitada a ordem de classificação.

14.19. O prazo de convocação para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa vencedora, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela contratante.

15. DA CONFIDENCIALIDADE

15.1. A CONTRATADA reconhece que, durante a execução do objeto contratual, poderá ter acesso, ainda que de forma indireta ou não intencional, a informações confidenciais e dados pessoais.

15.2. A CONTRATADA compromete-se a manter total confidencialidade em relação às informações confidenciais e aos dados pessoais acessados, comprometendo-se a não divulgá-los, ceder, doar, repassar, vender, reproduzir por qualquer meio, transferir, armazenar em nuvem ou dispositivos removíveis, enviar por e-mail ou distribuí-los a terceiros, salvo mediante autorização expressa da CONTRATANTE. Também se obriga a não utilizá-los para benefício próprio ou de terceiros, ou para qualquer finalidade ou atividade diversa da execução do objeto contratual.

15.3. Para fins deste Instrumento, consideram-se informações confidenciais quaisquer dados, informações técnicas, negociais ou conhecimentos relacionados ao negócio, produtos, serviços, sistemas, hardware, software, desenvolvimento, bases de dados, listas de clientes e fornecedores, relatórios, processos, técnicas administrativas, especificações, projetos, aquisições, contabilidade, marketing, correspondências, e-mails, entre outros, obtidos em razão do serviço prestado, independentemente da forma de apresentação (escrita, digital, oral ou visual).

15.4. Para os fins deste Instrumento, consideram-se dados pessoais quaisquer informações relacionadas a uma pessoa natural que permitam identificá-la ou torná-la identificável, como nome completo, RG, CPF, e-mail, data de nascimento, endereço, telefone, fotografia, dados de saúde, e outros dados eventualmente acessados ou coletados durante a execução do objeto contratual.

15.5. A CONTRATADA está ciente de que é expressamente proibido utilizar informações confidenciais ou dados pessoais obtidos no curso da execução do objeto contratual para qualquer finalidade não autorizada pela CONTRATANTE.

15.6. A CONTRATADA obriga-se a preservar a confidencialidade das informações e a proteção dos dados pessoais eventualmente armazenados em decorrência da execução do objeto contratual para a CONTRATANTE, garantindo que sejam mantidos em local seguro e acessíveis exclusivamente por pessoas devidamente autorizadas.

15.7. Caso ocorra qualquer falha na manutenção do sigilo, a CONTRATADA compromete-se a informar imediatamente à CONTRATANTE, reconhecendo que a comunicação não exclui sua responsabilidade pelos danos decorrentes.

15.8. A CONTRATADA compromete-se a devolver e/ou eliminar todos as informações e dados pessoais tratados, nos seguintes casos:

- i. Por solicitação da CONTRATANTE;
- ii. Em caso de rescisão contratual;
- iii. Com o término da vigência do contrato, salvo obrigação legal que justifique sua manutenção.

15.9. Em caso de violação das obrigações previstas nesta Cláusula, a CONTRATADA será responsável por ressarcir a CONTRATANTE por perdas e danos, incluindo danos materiais e imateriais decorrentes do descumprimento, bem como por ações de terceiros que resultem de seu ato ou omissão.

15.10. A CONTRATADA reconhece que será solidariamente responsável por eventuais multas impostas por autoridades competentes, indenizações individuais ou coletivas ajuizadas por titulares de dados, além de ser obrigada a reparar perdas e danos adicionais, sejam eles materiais, morais ou reputacionais.

15.11. Esta Cláusula de Confidencialidade possui caráter irrevogável e irretratável, sendo válida a partir da assinatura do Contrato e permanecendo em vigor por um período de 10 (dez) anos após o término da relação contratual e a devolução integral de quaisquer informações e dados pessoais armazenados pela CONTRATADA.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. As Partes comprometem-se a tratar os dados pessoais necessários à execução do presente Instrumento exclusivamente para as finalidades nele previstas, em estrita conformidade com as condições pactuadas, respeitando integralmente a legislação vigente aplicável à segurança da informação, privacidade e proteção de dados, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

16.2. As Partes obrigam-se a se adequar a quaisquer alterações legislativas que impactem a estrutura do contrato ou a execução de suas atividades, garantindo a continuidade do cumprimento das normas aplicáveis à proteção de dados pessoais.

16.3. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a realizar o tratamento de seus dados pessoais fornecidos em decorrência deste Instrumento, permitindo sua coleta, conservação, utilização e, quando necessário, transferência às empresas do SISTEMA FECOMÉRCIO, exclusivamente para o cumprimento das atividades contratuais, obrigações legais e regulatórias.

16.4. A CONTRATADA assegurará que os dados pessoais necessários à execução do presente Instrumento e seus aditivos não sejam acessados, compartilhados ou transferidos para terceiros (incluindo subcontratados, agentes autorizados e afiliados) sem o consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE.

16.5. Caso a CONTRATANTE autorize o compartilhamento de dados pela CONTRATADA, a CONTRATADA deverá garantir que tais terceiros se obriguem, por escrito, a garantir a mesma proteção aos Dados Pessoais estabelecida neste Instrumento. Não obstante, a CONTRATADA será responsável por todas as ações e omissões realizadas por tais terceiros, relativas ao Tratamento dos Dados Pessoais, como se as tivesse realizado.

16.6. Durante a vigência do contrato e após seu término, pelo prazo legal necessário ao exercício regular de direitos, a CONTRATADA compromete-se a assegurar, no tratamento de dados pessoais, os seguintes princípios:

- i. Boa-fé na coleta e utilização dos dados;
- ii. Finalidade legítima, específica e informada, com tratamento compatível com o propósito estabelecido;
- iii. Minimização, limitando a coleta ao estritamente necessário;
- iv. Livre acesso aos titulares, com consulta facilitada e gratuita sobre os dados tratados;
- v. Garantia da qualidade, com dados atualizados e exatos;
- vi. Transparência, com informações claras e acessíveis aos titulares;
- vii. Segurança, mediante a adoção de medidas técnicas e administrativas adequadas;
- viii. Prevenção de danos aos titulares;
- ix. Não discriminação em decorrência de tratamento indevido;
- x. Accountability (prestação de contas) sobre as práticas de proteção de dados.

16.7. A CONTRATADA deve, mediante solicitação da CONTRATANTE, realizar a correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados tratados, conforme disposto na LGPD.

16.8. A CONTRATADA notificará a CONTRATANTE imediatamente por meio do Encarregado de Proteção de Dados sobre qualquer solicitação, reclamação ou notificação administrativa, judicial ou do próprio titular relacionada ao tratamento de dados pessoais decorrente do contrato.

16.9. A CONTRATADA deverá:

- i. Manter registros atualizados das operações de tratamento de dados realizadas;
- ii. Adotar medidas técnicas e administrativas eficazes para evitar destruição, perda, alteração, acesso não autorizado ou tratamento inadequado de dados pessoais;
- iii. Assegurar a segurança das informações tratadas.

16.10. Em caso de incidentes de segurança (perda, alteração, deleção ou divulgação indesejada ou não autorizada) ou descumprimento das obrigações contratuais ou legais, a CONTRATADA deverá:

- i. Notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas por meio do Encarregado de Proteção de Dados;
- ii. Fornecendo informações detalhadas sobre o ocorrido, se possível, contendo no mínimo: (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA; (iii) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; (iv) número de usuários afetados (volumetria do incidente); (v) identidade específica de cada um dos titulares afetados; (vi) dados de contato do Encarregado pelo Tratamento de Dados da CONTRATADA, ou outra pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido; e (vii) descrição das possíveis consequências do evento; e (viii) as medidas adotadas para mitigação dos danos.
- iii. Auxiliar a CONTRATANTE no cumprimento de obrigações judiciais ou administrativas relacionadas à proteção de dados, implementando ações necessárias para resolver incidentes e minimizar riscos;
- iv. Manter sigilo e não divulgar qualquer informação sobre eventual incidente de segurança;
- v. A CONTRATANTE avaliará o incidente e notificará a Autoridade Nacional de Proteção de Dados e os titulares, quando entender necessário;
- vi. A CONTRATADA se responsabilizará por quaisquer sanções e indenizações decorrentes de incidentes causados em razão de sua única e exclusiva conduta, restando este instrumento contratual constituído como título executivo extrajudicial, caso a CONTRATANTE venha a arcar com quaisquer danos.

16.11. A CONTRATANTE tem o direito de acompanhar, monitorar e auditar as atividades da CONTRATADA relacionadas à proteção de dados pessoais, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

16.12. Na hipótese de identificação de inconsistências ou irregularidades quando da condução das auditorias, deverá a CONTRATADA providenciar a imediata remediação, comprovando à CONTRATANTE, em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas, as medidas mitigadoras adotadas.

16.13. A propriedade dos dados pessoais tratados no âmbito do contrato permanecerá exclusivamente da CONTRATANTE, seus empregados, clientes, fornecedores ou parceiros, não transferindo qualquer titularidade à CONTRATADA.

16.14. O descumprimento de obrigações legais ou contratuais pela CONTRATADA ou por terceiros por ela contratados, gerará sua responsabilidade exclusiva, ficando isenta a outra parte de quaisquer consequências legais decorrentes.

16.15. A CONTRATANTE reserva-se o direito de regresso contra a CONTRATADA para ressarcimento de prejuízos decorrentes de violações às obrigações assumidas nesta cláusula.

17. DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

17.1. A CONTRATADA reconhece e declara estar plenamente ciente das normas legais relativas à prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, em conformidade com a legislação brasileira aplicável, especialmente o Código Penal, a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e a Lei n.º 12.683/2012 (Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro). Compromete-se a cumpri-las rigorosamente, abrangendo seus sócios, administradores, colaboradores e terceiros que atuem em seu nome, de forma direta ou indireta.

17.2. No cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, a CONTRATADA se compromete a: (i) Conduzir suas atividades e práticas comerciais com ética, integridade e total observância à legislação vigente; (ii) Adotar as melhores práticas de monitoramento e controle com o intuito de prevenir atos de corrupção, fraudes, ilícitos ou lavagem de dinheiro praticados por seus representantes ou terceiros contratados.

17.3. A CONTRATADA compromete-se a adotar, na medida de sua estrutura e capacidades, práticas e medidas adequadas para a prevenção de atos ilícitos e para o cumprimento da legislação aplicável.

17.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de, periodicamente, realizar auditorias nos processos e registros da CONTRATADA relacionados a este Termo de Referência, a fim de verificar o cumprimento das disposições éticas e anticorrupção.

17.4.1. A CONTRATADA deverá garantir à CONTRATANTE amplo e irrestrito acesso às informações e documentos necessários para tais verificações.

17.5. A CONTRATADA compromete-se a informar de imediato à CONTRATANTE qualquer situação que caracterize, ou possa caracterizar, conflito de interesses, prática de corrupção, fraude ou outra irregularidade relacionada ao Termo de Referência.

17.6. No caso de vir a ser denunciada ou investigada por condutas contrárias à ética ou integridade empresarial, a CONTRATADA deverá comunicar a ocorrência prontamente à CONTRATANTE e colaborar integralmente com as investigações cabíveis.

17.7. A CONTRATANTE coloca à disposição canais de denúncia seguros e confidenciais, que deverão ser utilizados pela CONTRATADA sempre que houver necessidade.

17.8. O descumprimento de qualquer disposição desta cláusula poderá ensejar a rescisão imediata do contrato, a exclusivo critério da CONTRATANTE, sem necessidade de aviso prévio ou outra formalidade.

18. INDICAÇÃO DO FISCAL, SUPLENTE E GESTOR DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Lote 1 - CEP Aparecida de Goiânia

a) Gestor: Duília Cardoso
Cargo: Gerente de Unidade Educacional
Matrícula: 5982 - CPF: xxx.xxx.xxx-34

b) Fiscal: Mayara Ferreira Santos de Jesus
Cargo: Supervisora Operacional
Matrícula: 5671 - CPF: xxx.xxx.xxx-61

c) Suplente: Fellipe R. Rodrigues
Cargo: Auxiliar Administrativo
Matrícula: 5687 - CPF: xxx.xxx.xxx-30

18.2. Lote 2 - CEP Cora Coralina

a) Gestor: Karina Fagundes Barbara
Cargo: Gerente de Unidade Educacional
Matrícula: 3180 - CPF: xxx.xxx.xxx-53

b) Fiscal: Maria José Galvão Cavalcante Santiago
Cargo: Assistente Administrativo
Matrícula: 6035 - CPF: xxx.xxx.xxx-00

c) Suplente: Antônio Carlos da Costa
Cargo: Assistente Administrativo
Matrícula: 5811 - CPF: xxx.xxx.xxx-53

18.3. Lote 3 - CEP Luziânia

a) Gestor: Marcus Vinicius P. Farias
Cargo: Gerente de Unidade Educacional
Matrícula: 6929 - CPF: xxx.xxx.xxx-00

b) Fiscal: Lygia Pereira Tiagua
Cargo: Assistente Administrativo
Matrícula: 6048 - CPF: xxx.xxx.xxx-84

c) Suplente: Elaine de Jesus P. da Silva
Cargo: Supervisora Operacional
Matrícula: 5638 - CPF: xxx.xxx.xxx-15

18.4. Lote 4 - CEP Rio Verde

a) Gestor: Hadamo F. De Souza
Cargo: Gerente de Unidade Educacional
Matrícula: 2177 - CPF: xxx.xxx.xxx-98

b) Fiscal: Célio Martins
Cargo: Supervisor Operacional
Matrícula: 0036 - CPF: xxx.xxx.xxx-97

c) Suplente: Lucas F. Siqueira de Souza
Cargo: Auxiliar Administrativo
Matrícula: 6948 - CPF: xxx.xxx.xxx-90

18.5. Lote 5 - CEP Caldas Novas

a) Gestor: Daianny Cecilia Cruz Damacena
Cargo: Gerente de Unidade Educacional
Matrícula: 3122 - CPF: xxx.xxx.xxx-38

b) Fiscal: Hellen Gomes da Silveira
Cargo: Supervisora Operacional
Matrícula: 6777 - CPF: xxx.xxx.xxx-12

c) Suplente: Yula Vinhal dos S. Terlone
Cargo: Secretária de Curso
Matrícula: 4079 - CPF: xxx.xxx.xxx-91

18.6. Lote 6 - CEP Quirinópolis

a) Gestor: Karla Alves de Moraes
Cargo: Gerente de Unidade Educacional
Matrícula: 0811 - CPF: xxx.xxx.xxx-72

b) Fiscal: Thiago Luciano Dias de Moura
Cargo: Supervisor Operacional
Matrícula: 4153 - CPF: xxx.xxx.xxx-34

c) Suplente: Fernanda de O. Silva Rabelo
Cargo: Assistente Administrativo
Matrícula: 5731 CPF: xxx.xxx.xxx-54

18.7. Lote 7 - CEP Jataí

a) Gestor: Hildo Jose Da S. Ferraz
Cargo: Gerente de Unidade Educacional
Matrícula: 6396 - CPF: xxx.xxx.xxx-00

b) Fiscal: Josemar Rosa da Silva
Cargo: Supervisor Operacional
Matrícula: 4493 - CPF: xxx.xxx.xxx-75

c) Suplente: Isaque Nery de Jesus
Cargo: Assistente Administrativo
Matrícula: 6405 - CPF: xxx.xxx.xxx-54

18.8. Lote 8 - CEP Mineiros

a) Gestor: Hildo Jose Da S. Ferraz
Cargo: Gerente de Unidade Educacional
Matrícula: 6396 - CPF: xxx.xxx.xxx-00

b) Fiscal: Daniel Parise
Cargo: Supervisor Operacional
Matrícula 4422 - CPF xxx.xxx.xxx-00

c) Suplente: Sinthya Silva Souza
Cargo: Assistente Administrativo
Matrícula 6096 - CPF xxx.xxx.xxx-40

18.9. Lote 9 - Senac Infinite

a) Gestor : Cristiano Soares de Souza
Cargo: Gerente de Unidade Educacional
Matrícula: 2882 - CPF: xxx.xxx.xxx-03

b) Fiscal: Flávia Thais Côrtes da Silva
Cargo: Analista Financeiro
Matrícula: 5577 - CPF: xxx.xxx.xxx-80

c) Suplente: Fernando Barsi Modesto
Cargo: Supervisor Operacional
Matrícula: 5474 - CPF: xxx.xxx.xxx-24

18.10. Lote 10 - Unidade de Logística e Armazenamento

a) Gestor: Douglas Pereira Quintino
Cargo: Analista de Logística
Matrícula: 11881 - CPF: xxx.xxx.xxx-16

b) Fiscal: Kássio Alex Ferreira
Cargo: Analista de Logística
Matrícula: 12334 - CPF: xxx.xxx.xxx-05

c) Suplente: Jorge Luiz Moreira Martins
Cargo: Assistente Técnico de Logística
Matrícula: 12787 - CPF: xxx.xxx.xxx-09

Goiânia, 18 de junho de 2026.

ELABORADOR POR:

Taísa Portela de Souza Oliveira

Analista de Mercado

CPF: xxx.xxx.xxx-20| Matrícula: 11014

APROVADO POR

Hugo Murillo Martins Pereira

Supervisor da Seção de Planejamento de Compras

CPF: xxx.xxx.xxx-57| Matrícula: 5428



Documento assinado eletronicamente por **TAISA PORTELA DE SOUZA OLIVEIRA**, **Administrativo**, em 18/06/2026, às 10:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Murillo Martins Pereira**, **Supervisor(a) de Seção**, em 18/06/2026, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seisenac.df.senac.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0542451** e o código CRC **8D1FF0C3**.

